

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.413 - SP (2019/0356075-5)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : RENATO PRETEL LEAL
ADVOGADO : RENATO PRETEL LEAL - SP328293
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : AMANDIO FERNANDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de AMANDIO FERNANDES contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (HC n. 0033573-68.2019.8.26.0000).

Consta dos autos que o paciente foi preso preventivamente pela suposta prática do crime de furto qualificado. Inconformada com o decreto construtivo, a defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem. A ordem, contudo, não foi conhecida, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 9):

Habeas corpus. Furto. Art. 155, § 4º, I e IV, do CP. Alegação de excesso de prazo para a formação da culpa. Pedido de soltura do paciente. Pedido idêntico ao writ impetrado nº. 0050340-21.2018.8.26.0000 – voto nº 9579. Inadmissibilidade de pedidos repetitivos. Ordem não conhecida.

A defesa alega, inicialmente, a inidoneidade do acórdão atacado, que não conheceu da ordem em razão da identidade de pedidos, tendo em vista o lapso temporal ultrapassado entre as impetrações, o qual ensejou a modificação das condições suportadas pelo paciente. Nesse sentido, aduz que o *lapso temporal entre um e outro, por si só, é suficiente a afastar a decisão, uma vez que durante esse período houve movimentação processual junto a origem, diligências requeridas pelo Ministério Público, mas que não se mostram suficientes e eficazes na conclusão da formação da culpa contra o paciente* (e-STJ fl. 5).

Ressalta, ainda, a ocorrência de excesso de prazo para a formação

Superior Tribunal de Justiça

da culpa do paciente, pois sua prisão cautelar perdura por mais de um ano e quatro meses, *sem que tenha ocorrido sua audiência de instrução e julgamento, e o que é pior, em situação que não se mostra complexa, já que se trata de caso de furto* (e-STJ fl. 5).

Diante disso, pugna, liminarmente e no mérito, pela concessão da ordem e pela expedição do respectivo alvará de soltura.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em recurso ordinário em *habeas corpus*, bem como em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Verifica-se que o paciente impetrou *habeas corpus* alegando excesso de prazo no final do ano de 2018, o qual teve a ordem denegada com acórdão ementado da seguinte forma (e-STJ fl. 11)

Habeas corpus. Furto. Art. 155, § 4º, I e IV, do CP. Alegação de excesso de prazo para a formação da culpa. Pedido de soltura do paciente. Impossibilidade de aceitação da mera contagem aritmética do prazo ou sua somatória para se aquilatar a configuração de excesso de prazo. Verificação da tramitação processual normal e razoável. Inviabilidade de aplicação das medidas previstas no art. 319 do CPP. Constrangimento ilegal não configurado. Ordem denegada.

Destaca-se, então, que o novo *habeas corpus* impetrado perante o Tribunal de Origem, ora objeto deste *writ*, respeitou o prazo de aproximadamente 1 ano para alegar, novamente, a ocorrência de excesso de prazo na formação da culpa do paciente.

Contudo, o pedido não foi examinado pelo Tribunal de origem, razão pela qual não há como prosseguir a irresignação. Nesse contexto, o Superior Tribunal de Justiça fica impedido de analisar diretamente a questão, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância. Esse é o entendimento deste Superior

Superior Tribunal de Justiça

Tribunal de Justiça:

(...) Matéria não enfrentada na Corte de origem não pode ser analisada diretamente neste Tribunal Superior, sob pena de supressão de instância. (...) (HC n. 378.585/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 20/04/2017)

(...). 3. A matéria relativa ao excesso de prazo na formação da culpa não foi debatida pelo Tribunal de origem, sendo inviável a análise da questão por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Recurso ordinário não provido. (RHC n. 57.010/RJ, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 2/6/2015).

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, XX, do RISTJ, **não conheço** do *habeas corpus*, haja vista a supressão de instância. Contudo, **concedo a ordem** de ofício, a fim de determinar ao Tribunal *a quo* que verifique a ocorrência de excesso de prazo na formação de culpa do paciente, tendo em vista que o novo *habeas corpus* foi impetrado aproximadamente 1 ano após a denegação da ordem utilizada como parâmetro para o reconhecimento de identidade de pedidos.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator